

**AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.178.147 - DF
(2010/0017109-7)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : E J C P
AGRAVADO : L C DA C C P
ADVOGADOS : MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA - DF002475
ANA LUÍSA RABELO PEREIRA - DF012997

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MOVIMENTAÇÃO ATÍPICA VERIFICADA PELO COAF. COMPROVAÇÃO DA ORIGEM LÍCITA DOS VALORES APURADOS. CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. AUSÊNCIA DE FATO CONCRETO QUE JUSTIFIQUE O PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O trancamento de investigação criminal por meio de habeas corpus é medida excepcional, somente justificado quando, de pronto, é possível antever a atipicidade da conduta ou a absoluta ausência de justa causa.

2. No caso, as movimentações atípicas constatadas pelo Coaf, que deram azo ao procedimento investigatório, encontraram justificativa na indicação, com a devida comprovação, da razão lícita de tal operação. De fato, a venda de imóvel – devidamente autorizada por alvará judicial, cuja cópia foi juntada aos autos à fl. 84 – pelo valor de R\$ 1.300,000,00, numerário que foi depositado na conta-corrente do investigado, mostra-se suficiente para justificar, como rendimentos de origem lícita e conhecida, a atipicidade da movimentação do valor apurado no período indicado pelo *Parquet*, o qual é coincidente com a transação feita pelo acusado.

3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita

Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

